MERCOSUR MERCOSUL

MERCOSUL/RAADH/FCCP/ATA Nº 03/08

XIII REUNIÃO DE ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E CHANCELARIAS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

Realizou-se na cidade de Porto Alegre, República Federativa do Brasil, nos dias 02 e 03 de setembro de 2008, a XIII Reunião das Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das delegações da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai como Estados Parte, República do Chile e República Bolivariana da Venezuela como Estados Associados.

A lista das Delegações participantes figura como Anexo I da presente Ata.

A agenda aprovada da reunião figura como Anexo II da presente Ata.

O Secretário Especial dos Direitos Humanos da República Federativa do Brasil, Paulo de Tarso Vannuchi, inaugurou a Reunião dando as boas-vindas e agradecendo a presença das delegações.

Em continuidade, o Ministro ressaltou a importância de se realizar a primeira RAADH desta PPTB em Porto Alegre, cidade com importante histórico na defesa dos direitos humanos, destacando-se pela organização do Fórum Social Mundial. Cumprimentou a Argentina pelo sucesso no exercício da Presidência Pro Tempore, felicitando, ainda, o Paraguai por seu atual momento político e posse do novo governo, o qual sinaliza seu compromisso com a efetivação das políticas de direitos humanos.

Em seguida, o representante brasileiro fez um balanço das diversas ações do país no campo dos direitos humanos, a saber: a realização da Primeira Conferência Brasileira LGBT, precedida por 27 conferências estaduais preparatórias; a ratificação da Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência, tendo sido a primeira ratificação feita pelo Brasil após a reforma legislativa que transformou os tratados internacionais de direitos humanos em leis constitucionais; a homologação da demarcação contínua das terras indígenas na região da Raposa Serra do Sol, em Roraima, que está em processo de decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, tendo recebido um primeiro voto favorável pelo relator da matéria; a retomada do debate sobre o direito à memória e à verdade, a partir da realização de seminários, engajamento de autoridades públicas nacionais e a visita do juiz espanhol Baltasar Garzón; a realização de conferências estaduais preparatórias da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, programada para dezembro; a realização do primeiro encontro com presidentes de empresas brasileiras sobre a temática dos direitos humanos; e, ainda, a informação sobre a II Conferência Nacional dos Direitos dos Idosos e a II Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que ocorrerão no segundo semestre de 2008. Informou sobre o convite feito à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o diálogo com as Altas Autoridades de Direitos Humanos do MERCOSUL e Estados Associados, o que não poderá se

MERCOSUR MERCOSUL

concretizar nesta RAADH, mas há a perspectiva de que ocorra na próxima. Finalmente, propôs a discussão sobre a organização de uma conferência regional para a celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

A delegação argentina saudou a todos os presentes, ressaltando a importância e maturidade nos processos de articulação e definição de metas nas Reuniões das Altas Autoridades em Direitos Humanos.

A delegação paraguaia cumprimentou os presentes em nome do atual Presidente Fernando Lugo e do Chanceler paraguaio, Alejandro Hamed, indicando a priorização, em sua agenda, do tema dos direitos humanos. Manifestou satisfação pela realização da reunião em Porto Alegre, local que indica a proximidade dos países do MERCOSUL e a expectativa criada no Fórum Social Mundial que inspirou uma visão mais globalizante dos direitos humanos.

A delegação uruguaia saudou os participantes, ressaltando a importância do marco da comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Informou sua satisfação em participar dos grupos de trabalho como a busca pela construção de propostas efetivas para o avanço da implementação de políticas de respeito aos direitos humanos nos países da região.

A delegação chilena fez votos pela expansão e fortalecimento das ações do MERCOSUL em direitos humanos, ressaltando a importância do exercício da auto-crítica para melhorar as propostas de trabalho. Frisou a expectativa de que as reuniões possam apresentar um aumento na participação da sociedade civil e de organismos regionais e multilaterais de direitos humanos. Neste sentido, enfatizou a colaboração, proposta no marco do GT de Discriminação, Racismo e Xenofobia, para a realização de seminários nos quais haja a presença de especialistas que por meio de suas exposições enriqueçam o debate entre as autoridades e a sociedade civil. Informou sobre a elaboração de uma lei de acesso à informação pública, representando um avanço nos marcos regulatórios em direção à construção de uma cultura de direitos humanos. Finalmente, enfatizou que essas reuniões possibilitam a ampliação dos intercâmbios de idéias que ensejam lograr maior eficiência e resultado na implementação das políticas.

O Ministro Paulo Vannuchi propôs que as Altas Autoridades discutissem o aperfeiçoamento das reuniões dos Grupos de Trabalho, tendo em vista a dificuldade de as delegações enviarem vários representantes para participarem dos mesmos. Uma possibilidade seria a realização alternada dos GTs, de forma a viabilizar a participação das representações enviadas. Outra possibilidade seria um formato de funcionamento simultâneo.

Passou-se à aprovação da ata da XIII RAADH. A delegação argentina havia solicitado anteriormente, por meio de mensagem eletrônica, fazer emenda à ata da XII RAADH, no item referente ao diálogo parlamentar. A PPTB propôs a aprovação da emenda, a qual foi aceita pelas demais partes.

MERCOSUR MERCOSUL

Em seguida procedeu-se ao tratamento dos assuntos propostos na agenda, a saber:

1. Informe do Grupo de Trabalho Educação e Cultura em Direitos Humanos

A delegação brasileira informou sobre a troca de informações relativas à elaboração de Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos e de materiais didáticos de educação em direitos humanos. As delegações devem concluir o processo de elaboração de uma publicação conjunta sobre o Direito à Memória e à Verdade, que contará com a participação da Bolívia. Será definido um cronograma final para a apresentação da publicação durante a Reunião do Grupo de Trabalho de Materiais Didáticos do MERCOSUL Educativo, a ser realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 17 e 18 de setembro de 2008.

Informou sobre a realização da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos que terá como um de seus eixos temáticos a educação em direitos humanos. O delegado brasileiro afirmou a expectativa de que o debate traga novas contribuições para o avanço da implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no Brasil. Ainda sobre o processo de elaboração de planos nacionais de educação em direitos humanos reportou que a delegação da Argentina tem promovido um amplo debate, mobilização e sensibilização em torno do tema e pretende lançar no ano de 2010, ano do bicentenário da independência da Argentina, o Plano Nacional de Direitos Humanos, como fruto deste amplo processo. Informou que o Uruguai expôs sobre os avanços no diálogo em torno da temática e o desenvolvimento de atividades de sensibilização e mobilização da sociedade, reforçando a importância da educação em direitos humanos como uma política de Estado. Ressaltou a explanação da delegação da Venezuela sobre a promoção de campanhas de educação em direitos humanos em diferentes órgãos ministeriais do governo, revelando, portanto, uma sensibilização em torno do assunto.

As delegações acordaram sobre a relevância e pertinência da realização do II Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, que poderá ser sediado na Argentina no ano de 2009, com a coordenação conjunta dos demais países e, em especial, do país que detenha na ocasião a Presidência Pro Tempore (Paraguai ou Uruguai).

As delegações acordaram com a realização de um Seminário de Educação em Direitos Humanos no âmbito da XIV RAADH para o qual a delegação do Brasil assume a responsabilidade de articular o diálogo, por meio de comunicação eletrônica, de forma a colher sugestões para a programação, se dispondo, ainda, a produzir uma publicação que registre as palestras e debates realizados durante o seminário.

O GT acordou em utilizar os meios virtuais a fim de aperfeiçoar a comunicação entre os membros do GT. Propôs, ainda, que as Altas Autoridades considerassem a criação de uma comunidade virtual que pudesse abarcar todos os GTs, com a finalidade de dar andamento às atividades acordadas durante as reuniões. Ressaltou-se a participação, pela primeira vez, de representantes do GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos na reunião do GT de Discriminação, Racismo e Xenofobia, que resultou em um frutífero e relevante intercâmbio entre os grupos.

MERCOSUR MERCOSUL

Por fim, informou sobre a participação da sociedade civil, representada pelo Fórum da População de Rua, Fórum da População Adulta em Situação de Rua, Rede Feminina de Saúde e Fórum Popular Idealista. Foram abordadas temáticas relativas à situação dos moradores de rua e à violência policial. Essas questões serão levadas ao debate na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. A segunda intervenção da sociedade civil referiu-se aos andamentos dos trabalhos para a realização de uma Convenção sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Após o relato da delegação brasileira, a delegação Argentina acrescentou os informes sobre o Projeto da Biblioteca Virtual de Materiais Didáticos. Em reunião realizada na cidade de Montevidéu, nos dias 29 e 30 de julho, foram acordados os critérios para o levantamento dos materiais que integrarão a Biblioteca. Espera-se concluir o processo em novembro de 2008. A coordenação está a cargo da Argentina, com a supervisão dos demais responsáveis pelo projeto. O delegado argentino confirmou o interesse na realização do II Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos e se dispôs a consultar as autoridades pertinentes de seu país sobre a possibilidade de sediá-lo no ano de 2009. Caso se confirme esta possibilidade, reafirmou o compromisso de coordenar sua realização, junto com o Uruguai, que terá o exercício da Presidência Pro Tempore no período. Finalmente, congratulou a iniciativa de diálogo entre os GTs de Educação e de Discriminação, Racismo e Xenofobia, ressaltando a importância de integrar as ações de educação com as ações dos demais grupos de trabalho.

O delegado chileno, igualmente, felicitou a iniciativa, ressaltando que o tema da educação em direitos humanos deve ser tratado de forma transversal e integrado aos trabalhos dos demais GTs.

2. Informe do Grupo de Trabalho Construção de Indicadores de Progresso em matéria de DESC

A delegação brasileira relatou os avanços do grupo na discussão sobre os indicadores relativos ao direito ao trabalho. Validou-se o instrumento proposto pela Argentina, o qual organiza o marco conceitual consensuado pelo grupo. Acordou-se sobre um detalhamento qualitativo dos indicadores, ademais de seu tratamento quantitativo. Houve uma proposta da sociedade civil, acatada pelo grupo, de refletir sobre novos indicadores, e que teve como primeiras proposições os seguintes indicadores: trabalho forçado; inclusão de desagregação de gênero e raça/etnia em todos os indicadores de direito ao trabalho; trabalho infantil referente a aplicações de sanções e multas às instituições que o utilizem. Aprovou-se a criação de um Fórum Virtual, que poderá ser compartilhado com outros GTs, o qual será implementado em breve. Houve uma exposição do IBGE sobre a pesquisa que pretende revisar a classificação de cor e etnia da população utilizada pelo IBGE. Ademais, relatou-se o projeto de trabalho de Sakiko Fukuda-Parr, da New School University (EUA), que está desenvolvendo índices compostos para os DESC. Por fim, o grupo deu início à discussão dos indicadores de direito à educação, na qual se incluirá a desagregação por sexo, raça/cor, rural/urbano e nível de renda. Finalmente, ressaltou-se a grande participação da sociedade civil neste GT.

MERCOSUR MERCOSUL

A Pesquisadora do IPEA, Nair Bicalho, parabenizou o grupo e manifestou que, neste ritmo de trabalho, o MERCOSUL logo será capaz de desenvolver um sistema regional de indicadores de direitos econômicos, sociais e culturais.

Após o informe do grupo, a delegação argentina felicitou a iniciativa brasileira de desenvolver o Fórum Virtual.

3. Informe do Grupo de Trabalho Iniciativa Nin@sur

A delegação brasileira relatou a ampla participação das delegações dos países, da sociedade civil, bem como de representante do poder legislativo na reunião do GT. Informou que o combate à exploração sexual infantil é, no momento, o principal tema de trabalho do grupo, tendo em vista o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que ocorrerá em novembro, no Brasil. O grupo avaliou os resultados da Consulta Regional para América Latina e Caribe, realizada recentemente na Argentina, principalmente no que tange à elaboração do documento final que deve servir de insumo para a realização do III Congresso Mundial. A Consulta chamou atenção para a inadimplência dos países em relação à entrega dos Relatórios periódicos referentes ao Protocolo Facultativo, para a carência de indicadores e de planos nacionais e para a necessidade de sua revisão.

Entre os encaminhamentos para solucionar essas lacunas, decidiu-se pela solicitação de auxílio junto ao Instituto Interamericano Del Niño, Niña y Adolescente da OEA para a formulação de um Observatório Regional. Estudou-se a possibilidade de organizar uma publicação bilíngüe para a difusão do Protocolo Facultativo. Acordou-se firmar, para a próxima reunião, o compromisso de que todos os países que participam do Niñ@sur estejam adimplentes com o Protocolo Facultativo até o ano de 2009. No que tange aos planos nacionais, acordou-se realizar um seminário durante a próxima PPT para apresentação dos planos recém revisados ou em processo de revisão. Propôs-se convidar, para a próxima RAADH, representantes do MERCOSUL. Por fim, acordou-se que na próxima reunião sejam intercambiadas experiências sobre a criação de novas instâncias policiais capacitadas para recolher depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

Em seguida, a delegação brasileira explanou sobre o papel da cooperação internacional na execução das políticas públicas governamentais, com destaque para a necessidade de harmonizar e tornar mais eficiente a coordenação das ações. Além disso, informou sobre as formas de participação dos governos no III Congresso Mundial. Relatou, também, a proposta de internacionalização dos disques-denúncia, incluindo a capacitação de operadores bilíngües nos idiomas português e espanhol. Ressaltou, ainda, as vantagens da realização desta reunião na cidade de Porto Alegre, que, ao cumprir uma agenda descentralizada, permitiu a participação de representações municipal, estadual e federal. Por fim, lamentou a impossibilidade de assinar nesta reunião o Convênio de Projeto de Implantação da Rede Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual com o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas manteve a perspectiva de assiná-lo na próxima.

A Ministra de la Niñez y Adolescencia do Paraguai saudou a todos em nome do atual governo, ressaltando que este é um momento histórico que inclui o Paraguai nos processos de mudanças políticas ocorridos na América Latina. A delegada paraguaia enfatizou o tema da segurança pública como uma questão de direitos humanos, particularmente no que tange à exploração sexual infantil. Neste sentido, o III Congresso Mundial será uma grande oportunidade de intercâmbio entre os países. Será uma oportunidade de avançar no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista que o tema tem um caráter transnacional, não se restringe às situações de fronteira e deve ser enfrentado por meio da cooperação entre os países. Reforçou a necessidade de firmar-se o Convênio com o BID a fim de avançar a proposta regional.

A delegada argentina chamou a atenção para a Reunião de Presidentes do MERCOSUL e Estados Associados, realizada em Tucumán, em julho passado. Manifestou que, não obstante a ausência de alguns países, o intercâmbio entre os países foi fortalecido, sendo a Iniciativa Niñ@sur um exemplo deste fortalecimento.

4. Informe do Grupo de Trabalho Promoção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.

A delegada brasileira, na qualidade de coordenadora do GT, informou que a sociedade civil, o Conselho Nacional e o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência participaram pela primeira vez do grupo, o que tornou os trabalhos produtivos. Apresentou os informes sobre a Reunião do Comitê da OEA e o processo de ratificação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, essa já ratificada pela maioria dos países do MERCOSUL. O Brasil e o Chile efetivaram o depósito, enquanto a Argentina está pendente de fazê-lo. O Paraguai, neste momento, está tramitando o depósito do instrumento de ratificação. Uruguai e Venezuela estão em processo de estudo. Desta forma, a América Latina constitui-se em uma região líder na ratificação da Convenção. Como fruto dos acordos desta Convenção, será necessário que cada país faça as devidas alterações em suas legislações nacionais e, sobretudo, promover políticas que as tornem efetivas para as pessoas com deficiência, com especial atenção à população da área rural. Enfatizou a importância da informação e comunicação como instrumento de inclusão social, ademais da inclusão física.

Uma questão consensual entre os membros do GT diz respeito à invisibilidade das pessoas com deficiência e à necessidade de conscientizar e sensibilizar a população para transformar essa situação, bem como, incentivar a elaboração de políticas públicas. Propostas para tratar deste problema incluem o desenvolvimento de indicadores e a utilização da mídia, especialmente na disseminação de conceitos e boas práticas, assim como efetivar a transversalidade de todas as ações desenvolvidas por cada país. O Chile propôs a criação de um selo de qualidade para serviços que preservem os direitos das pessoas com deficiência. A Argentina propôs a realização de

trabalhos que envolvam o voluntariado e a solidariedade. A delegação da Venezuela apresentou a campanha "Venezuela Libre de Barreras", que estabelece políticas desenvolvidas nas áreas de acessibilidade e reivindica o direito das pessoas com deficiência. O Brasil apresentou a campanha "Acessibilidade, siga essa idéia", a qual tem recebido a adesão de órgãos públicos e personalidades de destaque. A última adesão foi a do Clube de Futebol do Botafogo. Espera-se, por meio destes projetos, transformar a cultura dos países e incentivar avanços tecnológicos que viabilizem a autonomia das pessoas com deficiência. A Argentina sugeriu, ainda, que sejam realizadas capacitações profissionais feitas por escolas técnicas.

A delegação brasileira informou sobre os avanços para a concretização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que terá o tema "Inclusão, Participação e Desenvolvimento: um novo jeito de avançar".

O GT acordou intercambiar experiências sobre metodologias a serem utilizadas nos censos demográficos.

Após o relato, a delegação argentina manifestou satisfação com o aprofundamento da abordagem quantitativa e qualitativa relativa ao tema. Ressaltou a necessidade de aumentar a acessibilidade por meio de avanços técnicos e capacitação profissional. Destacou que a maior vulnerabilidade está nas regiões rurais, mas que estão sendo realizadas políticas como as de reabilitação primária das pessoas com deficiência por meio de centros integradores comunitários, de centralidade da inclusão educativa, por meio de parcerias com universidades e inclusão nos currículos, bem como, de acessibilidade nos transportes públicos. Neste sentido, mencionou a gratuidade dos transportes públicos argentinos de curta e longa distância para pessoas com deficiência.

Em continuidade, a representante informou sobre a os mapas de discriminação realizados pelo INADI, destacando que as pessoas com deficiência são o grupo que mais denuncia violações aos direitos humanos, o que o caracteriza como um grupo pioneiro na conscientização de seus direitos. Dentre os temas importantes para o país citou a discriminação no emprego e na educação, as iniciativas para as empresas e órgãos públicos. Neste sentido, informou sobre a necessidade de avançar na regulamentação da lei que estabelece a quota de 4% de cargos públicos destinado às pessoas com deficiência. Informou, ademais, a existência de mais de 80 convênios da com municípios, para construir a infra-estrutura urbana de acessibilidade. Além disso, mencionou a obrigatoriedade de que as emissoras de TV transmitam com *closed caption.*

O delegado do órgão competente do Chile manifestou o desafio de todos os países na adequação de suas legislações para dar cumprimento aos direitos das pessoas com deficiência, argumentando que o alcance deste objetivo depende de um processo de conscientização nacional e de algumas ações como, por exemplo, a aplicação de multas, a despeito das dificuldades institucionais para efetivar esta proposta. Adicionalmente, sugeriu a construção de um índice de inclusão social.

5. Informe do Subgrupo Diversidade Sexual, Identidade e Gênero

A delegação brasileira manifestou que a cooperação entre os países do MERCOSUL e Associados foi fundamental para o êxito da inclusão da temática Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) na Conferência Regional Preparatória para a Revisão de Durban. O primeiro ponto de pauta do grupo foi, portanto, um balanço da participação dos países na referida Conferência. Em segundo lugar, relatou-se sobre o diálogo com o GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos, em que foi estabelecida uma agenda em comum. A representante da UNAIDS no Brasil apresentou o Guia de Ações Estratégicas para Prevenção à Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero, bem como as pesquisas regionais realizadas pela organização. Acordou-se pela colaboração da UNAIDS em uma campanha sobre diversidade sexual, identidade e gênero. Avaliou-se que este Subgrupo de Trabalho tem cumprido as metas traçadas em seu Plano de Trabalho 2008/2009. O representante brasileiro fez um relato sobre a I Conferência Nacional LGBT, que representou um marco no país, segundo as avaliações da sociedade civil. Sobre a construção de um observatório LGBT no MERCOSUL, decidiu-se por substituir esta idéia pela apresentação de um informe semestral sobre a situação LGBT na região. A primeira experiência neste sentido será feita na próxima RAADH, com a exposição do relatório elaborado pela Rede de Pesquisadores do MERCOSUL em Diversidade Sexual. Debateu-se sobre a importância de se compilar as legislações e jurisprudência em LGBT na região.

Ademais, o Subgrupo contou com a participação de representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação do Brasil que expuseram os avanços e dificuldades no tratamento da temática LGBT em suas respectivas áreas de atuação. Destacaram ações concretas de enfrentamento deste tipo de discriminação e, com base neste êxito, acordou-se que cada país trará, para a próxima reunião, relatos sobre as ações nos campos da saúde e educação em LGBT. Finalmente, foi reiterado o papel fundamental deste foro de articulação para o sucesso da inclusão do tema LGBT na Conferência Regional Preparatória para Durban e o avanço no diálogo com o GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos.

6. Informe do Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia.

A representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (SEPPIR/PR) ressaltou a importância da participação de representantes do GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos neste grupo de trabalho. Acordou-se que, para a próxima reunião, as delegações apresentarão propostas de uma agenda de trabalho conjunto. A delegação argentina ressaltou a importância de avançar os encaminhamentos para além das ações de educação formal, compreendendo o amplo processo da formação de uma cultura de respeito aos direitos humanos. O grupo

MERCOSUR MERCOSUL

avaliou a Conferência Regional Preparatória para a Revisão de Durban e foi consensuada uma proposta de realização de um seminário durante a próxima RAADH.

Este seminário destacará a temática em torno da afrodescendência, devido à percepção da recente tendência a um retrocesso nas ações de implementação de combate à discriminação. O seminário contará com a participação e apoio da sociedade civil. As delegações comprometeram-se em avaliar o anexo do documento final da Conferência Regional Preparatória para a Revisão de Durban a fim de discuti-lo na próxima reunião. Pretende-se que o documento da Regional seja um texto-base a ser levado para discussão na Conferência Mundial. Outro ponto da pauta foi a Convenção Interamericana sobre o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Enfatizou-se que este documento apresenta problemas de cunho jurídico e, para solucionar esta questão, o Chile propôs um seminário com especialistas da área, a ser realizado durante a PPTP, com o apoio do governo brasileiro.

Dentre as novas propostas, a Argentina sugeriu a criação de um observatório regional de discriminação no futebol, feito já realizado em seu país. A representante da sociedade civil ressaltou a importância de se incluir na pauta de discussões do GT a temática da xenofobia. Houve consenso sobre este ponto, embora tenha sido reconhecida a dificuldade do GT frente a uma extensa pauta de trabalho.

O representante da SEPPIR/PR congratulou o trabalho da SEDH/PR e apresentou justificativa pela ausência do Ministro desta pasta. Chamou atenção para dois aspectos: as políticas de promoção da igualdade racial e o papel da RAADH na consolidação desta política. Esclareceu que a SEPPIR/PR é o órgão responsável pela articulação das políticas públicas de promoção da igualdade racial, cuja implementação efetua-se de forma transversal nos diversos órgãos do governo. A SEPPIR/PR relatou a realização da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial, que instituiu o Plano de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o qual apresentou os seguintes eixos temáticos: saúde; educação; habitação; mercado de trabalho e justiça. O representante destacou algumas ações que exemplificam o trabalho da SEPPIR na articulação para a implementação da política. Por fim, ressaltou o importante papel do MERCOSUL na ampliação da percepção e efetivação dessa política nos países membros.

A delegação Argentina parabenizou o Brasil pelo sucesso da Conferência Regional Preparatória para a Revisão de Durban e pelos avanços nas políticas de combate à discriminação. Afirmou a importância em aguardar os relatos das conferências regionais que estão sendo realizadas na África e Europa a fim de se proceder novas avaliações. Avaliou a necessidade de que todos os países avancem nas políticas relativas à migração, bem como a preocupação com a atual política migratória européia. Informou sobre o Seminário pela Diversidade, a ser realizado em Buenos Aires, na semana do dia 15 de setembro, e da Rede Ibero-americana contra a Discriminação, no dia 17 de setembro, que debaterá questões relativas à discriminação, igualdade e diversidade e, para a qual, estão confirmadas as presenças de diversas autoridades e especialistas. Reafirmou, ainda, a importância da constituição da Comissão Nacional de Combate à Discriminação com representações de todas as províncias, o que representaria um aporte e fortalecimento das políticas

direcionadas a esta temática. Relatou, ainda, a constituição do Observatório do Futebol, que inclui proposta de monitoramento do comportamento das torcidas, juízes, jogadores e jornalistas, no que se referem às questões de discriminação. Informou, também, sobre a produção de *spots* para campanhas de combate à discriminação, bem como a aprovação do direito à pensão extensiva aos viúvos gays. Informou, ainda, a existência de um mapa da discriminação de todas as províncias argentinas disponível na Internet. Por fim, destacou o processo de revisão dos materiais didáticos escolares que incluirão a história nacional das comunidades indígenas e afrodescententes.

A delegação uruguaia saudou os presentes, enfatizando que as políticas de combate à discriminação no Uruguai constituem uma política de Estado que articula diferentes instâncias do governo. Considerou que a realização do seminário sobre afrodescendência, durante a próxima RAADH, será muito oportuno, tendo em vista que o país se encontra em pleno processo de revisão dos documentos emanados da Conferência de Durban, bem como das negociações sobre a Convenção Internacional contra o Racismo e a Discriminação. Concluiu que os insumos levados para o seminário, bem como a participação de outros seguimentos enriquecerão o debate.

Ainda em relação à realização do Seminário sobre Afrodescendência, a delegação paraguaia destacou que fará consultas internas, já que no momento estará coordenando as atividades que se desenvolverão na Presidência Pro Tempore do Paraguai.

A delegação chilena felicitou o Brasil pela participação de representações da sociedade civil na RAADH, bem como pelos avanços nas políticas de ação afirmativa. Manifestou que, após a Conferência de Durban, houve um avanço nos países da América Latina na implementação de políticas públicas de combate à discriminação. Informou sobre os avanços normativos em seu país, citando a elaboração de uma lei anti-discriminação de ampla discussão no Parlamento. O governo atual tem desenvolvido políticas sociais significativas para as populações indígenas no que tange ao direito à terra e à educação, entre elas, um programa de formação bilíngüe. O representante destacou que o tema migratório ainda carece de maior discussão, não apenas sob a perspectiva legal, mas, também, sócio-cultural.

A delegação brasileira informou que, este ano, o Brasil concedeu anistia ao marinheiro negro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, que se rebelou contra os castigos corporais aplicados aos marinheiros na época. Essa medida poderá ser estendida a outros participantes da revolta.

O Brasil comprometeu-se em angariar esforços para a realização do seminário sobre afrodescendência. Se possível, ocorrerá em Brasília, a depender da participação dos membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Caso a CIDH não possa enviar representante, sugeriu-se realizar a próxima reunião em Foz do Iguaçu, para incentivar a maior participação dos países membros e associados. O representante brasileiro registrou preocupação com a ausência de quatro delegações nesta RAADH.

MERCOSUR MERCOSUL

7. Informe do Grupo de Trabalho Instituto de Políticas Públicas

A delegação brasileira rememorou os progressos alcançados até aqui na direção da constituição do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL. Acrescentou restarem, em sua visão, duas pendências principais: a aprovação nas instâncias superiores do MERCOSUL a começar pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) e a garantia de recursos mínimos que viabilizem o funcionamento do novo órgão, ao menos em seus primeiros anos de existência. Considerou que, muito embora a definição da criação do Instituto no interior da estrutura do MERCOSUL constitua pré-requisito para seu funcionamento, a busca por recursos financeiros pode correr em paralelo a esse caminho de aprovação formal. Informou sobre a preocupação do GT em debater os meios de garantir recursos para seu estabelecimento e mencionou, entre as propostas aventadas, realizar uma consulta ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), sobre se o projeto se enquadraria em seu raio de atuação. Mencionou, igualmente, a necessidade de dar continuidade às tratativas junto a organismos internacionais para a mesma finalidade. Relatou, por fim, a aprovação, no interior do GT, de declaração proposta pela parte argentina, em que se reforça ao CMC a necessidade de criação do Instituto (Anexo III).

A delegação argentina ressaltou a necessidade de avançar-se na criação desse Instituto e procedeu à leitura da declaração de apoio a sua criação. Agregou a sugestão de que se constitua na Argentina um grupo de trabalho com representantes das embaixadas dos países membros e associados, utilizando a estrutura existente na Ex-Escuela de Mecanica de la Armada, o que reduziria os gastos com estrutura e manutenção. Estas propostas serão encaminhadas aos presidentes dos respectivos países.

A delegação do Uruguai declarou seu apoio à proposta Argentina, no entendimento de se criarem instâncias e alternativas de financiamento que possibilitem a criação do Instituto.

A delegação do Paraguai assinalou a importância de apoiar o funcionamento do Instituto, cuja criação foi aprovada pela RAADH. Com este objetivo, comprometeu-se a efetuar consultas pertinentes sobre a criação do Centro do MERCOSUL de Promoção do Estado de Direito, cuja estrutura poderia ser utilizada para abrigar o Instituto.

A delegação brasileira demonstrou preocupação em discutir novamente o assunto da criação do instituto, uma vez que foi previamente aprovado pela RAADH. Acredita que as atuais dificuldades para o funcionamento do instituto devem encontrar soluções no âmbito do diálogo entre as autoridades competentes dos diferentes países. A delegação argentina apoiou a manifestação brasileira, indicando que cabe, neste momento, facilitar os mecanismos. A delegação uruguaia concordou com essa questão, no entanto, entende ser importante aprofundar o debate na RAADH, sendo este também o posicionamento da delegação paraguaia.

Os quatro países acordaram a aprovação da declaração e o encaminhamento da mesma aos foros superiores.

MERCOSUR MERCOSUL

8. Informe do Grupo de Trabalho Memória, Verdade e Justiça.

A delegação brasileira iniciou informando que no GT Memória, Verdade e Justiça participaram apenas quatro delegações, a saber: a brasileira, a argentina, a uruguaia e a venezuelana. Em seguida, relatou sobre o Projeto Memórias Reveladas, organizado pelo Arquivo Nacional. O projeto vai unificar em um Portal as informações dos arquivos públicos de vários estados. O Portal está sendo preparado para entrar em rede, assim que for aprovada a sua portaria de criação. Mencionou-se, também, o debate que está ocorrendo no Brasil a respeito da legislação referente ao período da ditadura militar somado à visita do Juiz espanhol Baltazar Garzón. Informou, ainda, que em várias cidades do país estão ocorrendo exposições fotográficas e sendo inaugurados monumentos em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos e sobre a produção de um CD-Rom com o conteúdo ampliado do livro "Direito à memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos", a ser distribuído para todas as escolas públicas brasileiras.

O GT Memória, Verdade e Justiça concordou em consolidar um Fórum Virtual Permanente de Discussão, que permitirá o contato e a discussão online entre os países membros e associados.

Por fim, a delegação brasileira informou a intenção do GT de criar um Fundo Internacional para subsidiar manifestações culturais que tratem sobre os fatos ocorridos durante os períodos de exceção nos países membros e associados.

A delegação argentina informou que as mostras fotográficas produzidas pelo seu país já percorreram cidades da Argentina e do Brasil. Sobre a constituição do banco de dados unificado, informou que praticamente toda a documentação já está sistematizada, tendo em vista o compromisso institucional do país com a temática do direito à memória e à verdade. Sobre o Fundo Internacional, a delegação ponderou que poderá haver dificuldade quanto à viabilidade econômica, mas compromete-se em fazer a articulação necessária para efetivá-lo. Outra ação deste país, em conjunto com a sociedade civil, tem sido a de localizar Centros de Detenção clandestinos, e até o momento já foram identificados quinhentos locais. Desses, doze já foram sinalizados com um marco simbólico. A representação da Argentina informou a presença de 124 processos contra militares, que se multiplicam quando o titular é da alta hierarquia militar. Até o momento foram contabilizados 430 processados e 352 militares detidos, sendo que 50 já estão com sentença proferida pela justiça. Os militares estão sendo detidos em cárceres comuns, sem privilégios.

A delegação da Venezuela propôs uma coordenação de forma a garantir uma agenda comum para levar as exposições já existentes na Argentina, Brasil e Uruguai aos demais países, cujo cronograma poderia ser consensuado por meio do Fórum virtual. Em seguida, expôs sua opinião a respeito do Fundo Internacional, propondo pensar mecanismos duais de financiamento e cooperação.

A delegação do Uruguai relatou que está em processo a localização dos arquivos no Ministério do Interior, da Defesa e das Relações Exteriores, e que, inclusive, há um

caso no Ministério da Educação. Este acervo documental está sendo reunido no Museu da Memória. Houve diversas reuniões sobre presos e desaparecidos uruguaios em diferentes países e já existem documentos sobre esse assunto. A Lei da Impunidade amparou os responsáveis por esses atos de prisão e morte de militantes políticos, dos quais alguns casos foram excluídos, por exemplo, a solicitação ao Brasil de extradição do coronel Manoel Cordeiro para prisão no Uruguai. Em relação às exposições artísticas, haverá uma instalação no período de 01 de novembro a 10 de dezembro sobre memória, história e arte, com ênfase na repressão e lutas democráticas uruguaias contra o terrorismo de estado. Em relação ao Fundo Internacional, propôs solicitar recursos financeiros em organismos internacionais. Quanto ao banco de dados unificado, sugeriu uma tabela comparativa dos diferentes países sobre memória democrática, reparação, julgamento, anistia e legislação. Ao final, propôs junto com os demais países do MERCOSUL e associados elaborar uma carta solicitando a abertura dos arquivos secretos do Vaticano, visando descobrir o desaparecimento de religiosos no período da ditadura.

O Ministro Vannuchi solicitou mais tempo para análise desta proposta. Sublinhou os necessários cuidados relativos à questão, tendo em vista que o Vaticano é um Estado, e que alguns dos países da região apresentam processos diferenciados quanto à abertura dos arquivos referentes ao período da ditadura militar. Relatou a situação do Brasil e sugeriu como alternativa, no momento, que a solicitação ao Vaticano fosse feita por meio de organismos internacionais, como a OEA e a ONU, instâncias que estão acima das questões pertinentes a cada país. Informou que há no Brasil uma discussão sobre a responsabilização por crimes de tortura cometidos durante a ditadura militar, mas que ainda não há um consenso sobre o tema. A estratégia, no momento, tem sido a de alimentar o debate, enfatizando que não se trata de vingança ou revanchismo, mas de uma discussão do Brasil de hoje e do futuro, na medida em que manter impunes esses atos pode repercutir negativamente sobre a violência policial. Informou que, por outro lado, há autoridades públicas que têm se empenhado na obstrução do debate. O Ministro disse utilizar a metáfora da Presidente chilena, Michelle Bachelet, de que apenas as feridas lavadas podem se cicatrizar. Pelos motivos expostos, concluiu que no momento a proposta de solicitação endossada pelo governo brasileiro da abertura de arquivos secretos do Vaticano teria uma repercussão negativa.

A delegação paraguaia concordou com as preocupações do Ministro Vannuchi. Informou sobre a apresentação, em 28 de agosto último, do Relatório Final da Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai, formada tanto por representantes do Estado quanto da sociedade civil e presidida pelo Monseñor Mario Melano Medina. O país recebeu apoio de organismos internacionais e de países como Suíça, Chile e Argentina, à qual agradeceu especialmente, pela valiosa cooperação técnica. Expressou que embora os crimes da repressão política sejam crimes imprescritíveis, cada país tem sua estratégia de enfrentamento. Informou o desenvolvimento das estratégias de seu país, as quais envolveram denúncias, com a participação da sociedade civil, acionando a Corte Suprema paraguaia. Há um confronto de posições sobre a prescritibilidade dos crimes de lesa humanidade, pendente, ainda, de decisão da Corte Suprema. Os quatro anos de exercício da Comissão foram de extensa luta.

MERCOSUR MERCOSUL

Dentre as conclusões de seu trabalho, destacou a responsabilização dos agentes públicos, inclusive do General Alfredo Stroessner. Finalmente, procedeu a leitura de quatro recomendações da Comissão, referentes aos países do MERCOSUL, a saber:

- Recomendação 46, a qual insta ao Ministério de Relações Exteriores que proponha, no âmbito do MERCOSUL a análise, do ponto de vista dos direitos humanos, da Operação Condor e apresente seus resultados aos órgãos pertinentes nos Estados para que ajuízem os responsáveis pelos mesmos;

- Recomendação 52, firmar convênios, por meio do MRE, para cooperação com Argentina, Uruguai e Brasil, para que se estabeleçam, nas cidades onde o exílio foi maior, museus sobre a memória do exílio paraguaio;

- Recomendação 28, a qual exorta aos governos de outros estados que apoiaram o governo paraguaio que peçam desculpas ao povo paraguaio e assumam sua responsabilidade;

- Recomendação 29, que oferece desculpas, por parte do estado paraguaio, às sociedades de países estrangeiros que sofreram violações exercidas no Paraguai.

A delegação argentina considerou ampla e satisfatória a reunião do GT de Memória, Verdade e Justiça. Quanto à proposta uruguaia relativa aos arquivos do Vaticano, manifestou que, não obstante o respeito pelo direito à memória e à verdade, há que se respeitar às situações específicas de cada país do MERCOSUL apoiando dessa forma as ressalvas da delegação brasileira.

A delegação uruguaia informou que em seu país houve avanços históricos na abordagem desta temática, com a responsabilização de alguns violadores de direitos humanos, bem como ações educativas no sentido de reforçar a construção da democracia e da memória.

Finalizou-se o primeiro dia de plenária.

No segundo dia de plenária, a PPT retomou a discussão sobre o modelo de funcionamento das reuniões da RAADH, consultando as delegações presentes sobre o desenho da próxima reunião, no que concerne o tempo destinado aos grupos de trabalho e o tempo para a reunião plenária. A delegação argentina sugeriu que haja apenas uma reunião plenária por semestre e que os grupos de trabalho tenham duas reuniões por semestre. A delegação paraguaia concordou com a proposta argentina, tendo em vista que a maior carga de discussão recai sobre os grupos de trabalho. Houve acordo, desta forma, em termos gerais, pela concessão de maior tempo aos grupos de trabalho, considerando-se necessário continuar as consultas.

9. Coordenação de Ações em Órgãos Multilaterais e Regionais de Direitos Humanos.

No que concerne a IX Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, neste mês de setembro, a delegação brasileira mostrou desejo de contar com a coordenação em Genebra para a apresentação do projeto de resolução sobre Metas em Direitos Humanos. Este significa um compromisso de metas voluntárias que os países estariam dispostos a pactuar no marco dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. A idéia é criar meios para acelerar o cumprimento dos tratados internacionais em direitos humanos, não privilegiando um tratado em detrimento do outro. No início da próxima sessão, o Brasil circulará esse projeto e espera poder contar com o apoio de todos os presentes. Ressaltou, entretanto, que esta proposta já foi apresentada neste foro da RAADH para ser levada ao Conselho das Nações Unidas.

A delegação brasileira informou sobre a importância de seguir discutindo a Convenção sobre Trabalhadores Migrantes. Ressaltou também que o projeto das Metas em Direitos Humanos é uma forma de incluir a questão da abolição da pena de morte, até que sejam cumpridos os tratados internacionais.

Outro projeto brasileiro, proposto na última sessão do Conselho, é a avaliação do nível de aceitação das diretrizes que vêm sendo negociadas em conjunto no Conselho e na Unesco sobre como tratar crianças sem cuidados parentais. O Brasil sugerirá que se encaminhem essas diretrizes à Assembléia Geral.

Outro tema que tem despertado interesse por parte dos países da ONU é o III Congresso sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a ser realizado no Brasil no próximo novembro. Será feita uma reunião em Brasília com as Embaixadas para esclarecer a parte logística e apresentar uma proposta de documento final até final de outubro. Seria importante, neste sentido, poder contar com a presença dos países em reuniões em Genebra, Brasília e Nova Iorque, para coordenação.

Com relação à próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, neste mês, em Nova Iorque, informou que o discurso do Presidente Lula, o qual abre a Assembléia, reforçará o tema dos direitos humanos, tendo em vista a comemoração dos 60 anos.

Solicitou assim que os demais países façam gestões junto a suas chancelarias para que seus presidentes apóiem e reforcem esta celebração.

A Conferência de Revisão de Durban, em 2009, também é tema de grande interesse para os países da região. A Reunião Regional Preparatória, ocorrida em junho passado, em Brasília, foi um grande passo para o desenvolvimento das negociações em Genebra. É necessário agora acompanhar os resultados das demais regiões e o desenrolar da discussão na próxima Sessão do Conselho.

No que tange ao Sistema Interamericano, mencionou reunião sobre a reforma do sistema, ocorrida em junho, no México. A delegação brasileira considerou-a extremamente produtiva, por ter permitido uma troca de impressões entre os representantes do sistema interamericano e os países da região. Estiveram presentes Argentina, Brasil, Chile, Peru, Equador e Paraguai, entre os membros da RAADH. Houve uma participação muito significativa de representantes do Sistema, com a presença da Presidente da Corte, Dra. Cecilia Queiroga, o ex-presidente da Corte, Sergio Garcia Ramirez, o Secretário Executivo da Corte, Pablo Saavedra, o Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Paolo Carozza e o Secretário Executivo da CIDH, Santiago Canton. Entretanto, da sociedade civil, apenas a CEJIL estava presente, o que foi uma sinalização de que o sistema deve divulgar melhor seu trabalho junto às organizações não governamentais.

Dentre os pontos tocados na oportunidade, destacaram-se a questão orçamentária-financeira, os aspectos estruturais e os processuais. Com relação à parte financeira, ressaltou-se que 50% do financiamento do sistema interamericano de direitos humanos provêm de fundos regulares da OEA, enquanto outros 50% são de origem extra-regional, isto é voluntários, o que apresenta risco de comprometer a independência e o funcionamento do sistema. O fundo Oliver Jackman foi criado pra fortalecer o financiamento do mesmo, mas infelizmente não houve ainda contribuição dos Estados. Ademais, para os Estados não é claro como a CIDH e a Corte distribuem seus recursos orçamentários. Neste sentido, houve a demanda de que os países tenham uma noção mais precisa de como o sistema funciona financeiramente, para informá-los na decisão sobre suas contribuições.

Com relação aos aspectos estruturais há uma percepção dos Estados de que, após a redemocratização do continente, a CIDH poderia assumir se atualizar e voltar-se para a cooperação com os países, em substituição à ênfase atual em cobranças de prazos e procedimentos. As sessões extraordinárias da Corte nos países é muito bem vinda por ser uma forma de divulgar o trabalho do sistema. Destacou-se a excessiva competência que foi dada, por reformas regulamentares, à Secretaria Executiva da CIDH, que necessitaria ser revista.

Com referência aos aspectos processuais, considerou-se necessário rever o entendimento sobre o significado dos critérios de "gravidade e urgência" para a aplicação de medidas cautelares, porque muitas vezes elas prosseguem indefinidamente, mesmo cessada a situação de urgência. É preciso discutir prazos e a extensão das medidas, identificando seus verdadeiros beneficiários. Um diálogo no

final deste ano, no âmbito da RAADH, como propôs a PPT, poderia aprofundar este debate realizado no México e ajudar a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) a levar o tema à Assembléia da OEA.

Outro tema a ser aperfeiçoado é o mecanismo de solução amistosa, com o objetivo de que o sistema interamericano explore seu papel de mediação. A proposta brasileira é aprofundar o debate sobre a reforma do sistema interamericano na próxima RAADH.

Sobre o sistema interamericano, a delegação argentina distribuiu um guia para a utilização do fórum virtual criado para enriquecer as discussões entre as delegações.

A delegação argentina manifestou que seria importante que os países da região se apoiassem mutuamente nos sistemas multilaterais, fortalecendo as posições regionais. Neste sentido, exorta os sócios do Mercosul a concentrar esforços no Conselho de Direitos Humanos, inclusive buscando o co-patrocínio de países não presentes à RAADH.

A delegação argentina expôs o projeto de resolução de Direito à Verdade, o qual foi apoiado por todos os países da região e aprovado por consenso no Conselho de Direitos Humanos. O projeto argentino traz conceitos de direitos humanos não contidos na Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, ressaltando quatro pontos: 1) o direito à verdade não se restringir às vítimas diretas, sendo um direito de toda a sociedade; 2) a exortação aos Estados a estabelecer mecanismos efetivos para realização do direito à verdade; 3) pedido ao Alto Comissariado para apresentar informes sobre avanços e boas práticas dos Estados; 4) solicitação de apoio dos sócios do Mercosul e, especificamente da PPT para fazer um endosso formal da proposta em Genebra, para que esta seja finalmente aprovada.

Outra iniciativa argentina é a organização de um foro regional sobre prevenção de genocídio, entre 10 e 12 de dezembro, para o qual gostaria de contar com a presença de todos os países da América Latina e do Caribe. Participarão neste Seminário representantes governamentais de vários países, renomados acadêmicos e representantes das Nações Unidas. Supõe-se que este debate na América Latina seja replicado em todas as regiões do mundo. Assim, espera-se que seja realizado outro seminário sobre o tema, na Ásia, em 2010, com o apoio da Suíça.

Relatou sobre o tema de educação sobre o holocausto e genocídio, em torno do qual foi criada a "*Task Force for International Cooperation on Holocaust Education, Remembrance and Research*", conhecida como *International Task Force* ou *ITF*. A motivação desta iniciativa é uma preocupante tendência de que se reproduzam modelos de práticas genocidas, alarmada pelo genocídio de Ruanda. O foco não são indivíduos considerados 'maus', mas estruturas que permitem práticas genocidas por indivíduos comuns. A delegação argentina ressaltou que seu país é o único de língua espanhola que participa da ITF. Para sanar esta situação, solicita que os países da região estudem o material distribuído sobre o tema e que formem parte desta rede, um espaço de reflexão e investigação sobre práticas e estruturas de genocídio. Solicitou,

desta forma, que haja na próxima RAADH um espaço de discussão sobre este tema, para impulsionar a participação dos países da região nesta rede internacional, considerando que os países latino-americanos têm muito a dizer sobre as práticas genocidas. A Argentina afirmou que este tema está relacionado com os compromissos assumidos na Declaração de Estocolmo, de 2000.

A PPT assumiu o compromisso de fazer o comunicado formal sobre a proposta argentina de Direito à Verdade e de considerar a inclusão da discussão do tema da educação sobre o holocausto e genocídio na próxima RAADH.

A delegação chilena informou que apresentará seu informe do *Universal Periodic Review* (UPR) ao Conselho de Direitos Humanos em maio de 2009 e que estão trabalhando internamente para elaborar o informe nacional, para o qual se utilizarão os informes de outros países, em especial Argentina e Brasil. Manifestou sua avaliação positivo a respeito deste mecanismo das Nações Unidas. No que tange às resoluções, manifestou apoio à proposta argentina sobre Direito à Verdade e ao projeto brasileiro sobre Metas em Direitos Humanos, reiterando seu apoio a ambos no passado.

No que tange ao Sistema Interamericano, a delegação chilena considera muito necessário que estas reuniões do Mercosul tenham um debate mais permanente sobre a tramitação dos processos, particularmente na CIDH. Neste sentido, felicitou a proposta argentina sobre o foro virtual para intercâmbio de informações. Defendeu a importância de convidar membros da Corte e da CIDH para alguma das reuniões da RAADH no semestre. Sugere-se convocar um diálogo com representantes dos órgãos de direitos humanos e chancelarias para o período de sessões de janeiro da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando também oferece um curso para funcionários públicos que trabalham com os casos do sistema interamericano de direitos humanos.

Sobre a discussão de reforma do sistema interamericano, manifestou que todos estão interessados no fortalecimento do mesmo. É necessário pensar em como aumentar o orçamento da organização, ao mesmo tempo é conveniente pesar suas prioridades. Ademais, concorda com o debate sobre as medidas cautelares e, no que tange aos prazos, chamou atenção para as dificuldades nacionais de articulação interministerial para dar cumprimento aos prazos, estabelecidos pelas comunicações da CIDH, o que deve ser discutido com a Secretaria e com os Comissionados da CIDH.

No que tange à Corte, entende que o mecanismo de cumprimento de sentenças é positivo, entretanto, em alguns casos, seu desfecho depende de uma alteração legislativa que pode demorar muito tempo. Neste ponto deve haver compreensão dos órgãos do sistema de proteção de direitos humanos. A Corte deve entender os esforços dos Estados para o encerramento dos casos. Afirmou, por fim, que o Sistema Interamericano não pode ser reduzido a uma instância de reclamação de indenizações, manifestação que recebeu o apoio argentino.

No que tange a convocação argentina para participar da ITF, o Chile informou que participou como observador de algumas reuniões da mesma e, portanto, está se familiarizando com o tema e os propósitos da entidade.

Finalmente, a delegação chilena pediu apoio de todos presentes para uma projeto de resolução que apresentará sobre mulheres e gênero no marco do Conselho de Direitos Humanos. Chamou atenção para as candidaturas para representação latino-americana nos órgãos multilaterais e ressaltou que o Chile está postulando candidatura da Sra. Marta Maurás ao Comitê de Direitos das Crianças e da destacada acadêmica Maria Soledad Cisternas ao Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

10. Estado do Trâmite de Aprovação dos Instrumentos: Protocolo de Ushuaia, Protocolo de Assunção, Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência, Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

A delegação brasileira informou que o trâmite do Protocolo de Ushuaia foi concluído em 2002; em 2007, o do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. O país trabalha para a ratificação da Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, que havia sido retirada de pauta do Congresso Nacional em 1999. Ela voltou à pauta recentemente do Congresso e foi aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 15 de junho e segue para o Senado Federal. Quanto ao Protocolo de Assunção, a tramitação prossegue no Congresso brasileiro, com relativo êxito, em um passo adequado.

A Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência foi ratificada com êxito, após a reforma legislativa de dezembro de 2004, que confere aos tratados internacionais de direitos humanos *status* constitucional. O país gostaria de comemorar com os demais países este êxito.

Com relação à Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, o Brasil segue debatendo o texto, em um trabalho de convencimento frente aos diferentes órgãos envolvidos.

A delegação do Uruguai informou que estão pendentes de ratificação, sob análise do Congresso Nacional, a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência e Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado. Compartilhou a expectativa de que elas sejam integradas ao seu sistema normativo antes de 10 de dezembro.

A delegação chilena informou que o país está coordenando esforços para apresentar seu informe-país da Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, compartilhando sua expectativa de isso seja feito até o fim do ano. A Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência já foi promulgada no país e logo entrará em vigor. O Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi recentemente aprovado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado. A Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado está tramitando junto com o Estatuto da Corte Penal Internacional.

A delegação paraguaia informou que a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência e seu Protocolo foram promulgados pela Lei 3540, de 24 de julho este ano, restando apenas seus respectivos depósitos. Com relação à Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias Migrantes, a mesma foi promulgada pela Lei 3452, de 9 de abril de 2008 e seu depósito está em trâmite. O Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi ratificado em 02 de dezembro de 2005. A Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado foi assinada em 6 de fevereiro de 2007 e sua ratificação está em discussão no Congresso Nacional. O Protocolo de Ushuaia foi depositado em 29 de julho de 1999 e o Tratado de Assunção foi depositado em 18 de dezembro de 2006.

A delegação venezuelana informou que estão em processo de consulta nacional a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência e a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias Migrantes e o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Por sua vez, a Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado está próxima de sua ratificação.

A delegação brasileira congratulou a delegação argentina por ter todos os seus deveres cumpridos no tocante ao trâmite de aprovação dos instrumentos.

A delegação chilena sugeriu, para as próximas reuniões, que neste ponto de pauta, seja incluído informe sobre o estado de tramitação de projetos de lei que tenham relação com o tema dos direitos humanos. A tarefa dos instrumentos de direitos humanos não se esgota com a mera ratificação, há que se adequar a normativa interna para efetivar seu cumprimento. Tendo em vista que este é um foro para intercambiar boas práticas, seria conveniente incluir na agenda da RAADH o informe sobre outros instrumentos legislativos acerca de direitos humanos.

A proposta chilena recebeu apoio de todas as delegações. A delegação venezuelana apoiou a proposta chilena sobre a importância de compartilhar experiências em matéria legislativa e propôs incorporar informações relativas a políticas e programas desenvolvidos pelos Estados em matéria de direitos humanos. A delegação argentina

propôs, ademais, que se incluísse a troca de experiências sobre boas práticas nos organismos multilaterais. A delegação uruguaia aproveitou o ensejo para informar sobre importantes reformas legislativas em seu país que afetarão direitos essenciais como saúde e educação. Compartilhou situações legislativas que subsistem, a despeito das mudanças políticas no país, notadamente, com o fim da ditadura. Informou sobre propostas legislativas internas de tipificação de crimes de lesa à humanidade incluindo a tortura e o desaparecimento forçado, sugerindo que os demais países troquem experiências sobre suas respectivas ações nesta direção. A delegação Venezuela informou sobre avanços legislativos sobre o sistema policial e no que tange os direitos das crianças, das mulheres e dos indígenas. Para estes temas, foram criados órgãos como o Ministério para Assuntos da Mulher e o Ministério para os Povos Indígenas. Houve consenso sobre a utilização deste foro da RAADH como oportunidade para o fortalecimento de todos os países para a proteção efetiva dos direitos humanos.

A delegação argentina ressaltou que é importante refletir como melhor aproveitar este foro de altas autoridades em direitos humanos, tendo em vista a grande quantidade de ações dos países para a consolidação dos direitos humanos, fazendo duas propostas: 1) a utilização do mecanismo do fórum virtual para a troca de materiais sobre todas as áreas transversais em direitos humanos, ademais de seu propósito de acompanhamento de casos do sistema interamericano; 2) o instituto de políticas públicas em direitos humanos do Mercosul poderia começar a operar em breve e poderia auxiliar no processamento de informações. A Argentina se propôs a coordenar o funcionamento do mecanismo, para o qual cada país destacaria um representante de sua Chancelaria em Buenos Aires.

Acordou-se, por fim, que será feito um informe mais abrangente neste item de pauta, incluindo o cumprimento de sentenças dos organismos multilaterais e a tramitação de propostas legislativas. Entretanto, sob o risco de expandir demasiadamente este item, considerou-se prudente acolher a proposta argentina de intercambiar virtualmente informações. Até que o Instituto esteja em funcionamento, a PPT poderia se responsabilizar pela coordenação.

A delegação brasileira informou que a MINUSTAH, Força de Paz das Nações Unidas para o Haiti, fez um treinamento ministrado pela ONU que incluiu um módulo de direitos humanos. Há a expectativa de que este curso seja incluído em todo ensino militar brasileiro. Compartilhou com os demais que o maior desafio dos direitos humanos hoje para o país é a questão da segurança pública e violência policial. Neste sentido, pretende sugerir, no momento oportuno, a criação, no âmbito da RAADH de um grupo de trabalho em segurança pública e direitos humanos.

11. Diálogo com as entidades representativas da sociedade civil em direitos humanos.

O representante da ABGLT, participante da Rede LBGT do Mercosul, manifestou que uma das questões fundamentais para sua organização é garantir a inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero na Conferência de Revisão de

Durban. Isto porque não há nenhum instrumento da ONU que proteja os direitos dos LGBTs. Solicitou que o governo brasileiro a exposição do Programa Brasil Sem Homofobia no documento sobre experiências exitosas dos governos a ser levado para a Conferência, em 2009. Pediu apoio de todos os países para a inclusão desta temática.

A representante da CEJIL, *Centre for Justice and International Law*, fez referência à proposta chilena sobre a realização de um seminário sobre o racismo, com a participação da sociedade civil, em seguimento aos trabalhos preparatórios no marco da OEA. Informou que estariam dispostos a participar e colaborar neste Seminário. Defendeu a garantia do diálogo com a sociedade civil nas reuniões plenárias da RAADH, mesmo que o tempo de plenária seja reduzido. No marco do sistema interamericano, no que tange ao seguimento da implementação das recomendações de seus órgãos, informou que CEJIL participou de evento do governo chileno sobre o cumprimento das decisões e recomendações dos órgãos do sistema por parte do Chile. Finalmente, reiterou, sobre a reforma do sistema interamericano tenha como eixo principal a proteção das vítimas e seu real acesso à justiça.

O representante da Comissão Internacional de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas levantou dois temas: 1) a participação de sua organização na última Assembléia da OEA, na qual o Brasil levantou o projeto de resolução sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, agradecendo o Brasil pela iniciativa e os países que a apoiaram; 2) iniciativa da sociedade civil, desde 1999, de fazer uma campanha por uma Convenção sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, no âmbito do sistema internacional de direitos humanos. Solicitou aos países presentes o apoio nesta campanha nascida na sociedade civil.

A representante do Ministério Público Estadual da Bahia parabenizou as Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e Estados Associados por sua abertura ao diálogo coma sociedade civil cuja participação é fundamental para seu avanço. Informou ainda, sobre iniciativas do Estado da Bahia para a conscientização sobre os direitos de pessoas com deficiência.

A representante do CONADE (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência), no Brasil, onde representa o CONFEA, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, manifestou sua satisfação em participar do GT de Pessoas com Deficiência e informou interesse em realização de um Seminário sobre a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência: um Olhar a Partir do Mercosul com o objetivo de tratar do cumprimento, por parte dos países do Mercosul e Associados, da referida Convenção. Esta é uma iniciativa chilena, que será avaliada e detalhada na próxima RAADH. Informou também sobre sua participação no SGT de Diversidade Sexual, Identidade e Gênero, no qual se comprometeu a ampliar a discussão da questão da mulher no GT Mulher CONFEA, que coordena. Ademais, assumiu o compromisso de discutir o direito humano dos trabalhadores da construção civil, proposta apresentada pelo Uruguai nesta RAADH.

A Presidência Pro Tempore Brasileira agradeceu a participação construtiva de

representantes da sociedade civil.

A delegação brasileira, por fim, chamou a atenção de todos para as questões de direitos humanos no Haiti. Ultrapassado o momento inicial de garantia da ordem pública, convocou o empenho dos países da região para construir o sistema judiciário e político-partidário de forma a estruturar a democracia no Haiti e promover a educação e o emprego no país.

A delegação do Paraguai agradeceu à PPT pelo êxito do evento e manifestou sua esperança em uma região latino-americana de cumprimento dos direitos humanos de seus povos, por meio de uma aliança entre governos e a sociedade civil organizada.

Desta maneira a PPT dá por finalizada a XIII RAADH.

Pela República Federativa do Brasil

Pela República Argentina

Pela República do Paraguai

Pela República Oriental do Uruguai

Pela República Bolivariana da Venezuela

Pela República do Chile

Pela República do Peru
ausente

Pela República da Bolívia
ausente

Pela República da Colômbia
ausente

Pela República do Equador
ausente

Anexos

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda Aprovada
Anexo III	Declaração da Argentina
Anexo IV	Ata do Grupo de Trabalho Instituto de Políticas Públicas
Anexo V	Ata do Grupo de Trabalho Educação e Cultura em Direitos Humanos
Anexo VI	Ata do Grupo de Trabalho Iniciativa Nin@sur
Anexo VII	Ata do Grupo de Trabalho Promoção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.
Anexo VIII	Ata do Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia.
Anexo IX	Ata do Subgrupo Diversidade Sexual, Identidade e Gênero.
Anexo X	Ata do Grupo de Trabalho Construção de Indicadores de Progresso em matéria de DESC
Anexo XI	Ata do Grupo de Trabalho Memória, Verdade e Justiça
Anexo XII	Seminário sobre Memória e Verdade